

## A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL: IMPACTOS SOBRE MINAS GERAIS

Roberto Borges Martins\*

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, cujo bicentenário comemoramos agora em 2008, representou um dramático ponto de inflexão, com repercussões profundas e duradouras, não só na nossa própria história, como também nos futuros desenvolvimentos de Portugal, da América e até mesmo da Europa.

Afetou tão intensamente tantos aspectos da vida brasileira – economia, política, sociedade, cultura, comportamento e outros – que alguns historiadores a ela se referem como a “segunda descoberta do Brasil”.

Apesar da amplitude da questão e da riqueza das abordagens possíveis, tanto a historiografia tradicional quanto a mais recente<sup>1</sup> tendem a se concentrar em algumas poucas questões (fuga ou estratégia planejada, abertura dos portos às nações amigas, elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, política externa do período joanino, bem como a própria figura e a vida pessoal de D. João, regente e depois monarca do império luso).

Do ponto de vista geográfico, a historiografia tende a privilegiar o estudo dos impactos sobre a cidade do Rio de Janeiro, que, com a mudança, assumiu o papel de “Corte”, ou sede da Coroa.

Essa concentração de enfoques, que nos tem sido ensinada desde os primeiros livros escolares, é compreensível.

Afinal de contas, a “abertura dos portos” (em 28 de janeiro de 1808), ao acabar com o exclusivo comercial metropolitano, rompeu de forma irreversível com um dos pilares fundamentais do sistema colonial e, juntamente com os tratados de 1810, escancarou o Brasil ao predomínio econômico da Inglaterra.

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido, em 1815, representou também uma mudança de status tão crucial, que sua tentativa de reversão pelas Cortes portuguesas em 1821 e 1822 é considerada como uma das causas imediatas da independência.

Na verdade, esses fatos representaram rupturas e inversões tão drásticas na relação metrópole – colônia, que muitos historiadores questionam o próprio significado do “grito do Ipiranga”, argumentando que a emancipação do Brasil não ocorreu em 1822, “mas em 1808 ou, pelo menos, em 1815”<sup>2</sup>.

---

(\*) Professor aposentado da FACE/ UFMG

<sup>1</sup> A referência clássica sobre esse assunto continua sendo o livro de Oliveira Lima, publicado originalmente em 1908. Podemos citar como exemplos da historiografia recente os trabalhos de Malerba, Wilcken e Gomes.

<sup>2</sup> Uma discussão sobre essa questão pode ser encontrada em Manchester (a), pp.204-205, em Graham, pp. 222-224, e em Silva Dias, p.11.

Também se pode entender o foco concentrado sobre o Rio de Janeiro.

Ao se tornar sede da Corte e centro político-administrativo do Império português, a cidade, que já era capital da colônia desde 1763, sofreu tamanhas e tão rápidas transformações que se tornou em pouco tempo um dos principais núcleos urbanos das Américas e um dos maiores centros comerciais do Atlântico Sul.

Alguns poucos exemplos serão suficientes para ilustrar esse ponto.

O impacto migratório causado pela vinda da Corte – imediato e no médio prazo, tanto de estrangeiros quanto de portugueses e de brasileiros – dobrou sua população entre 1808 e 1821.

A rápida transposição do aparato burocrático e administrativo do estado português, compreendendo, entre outras instituições, o Erário Real (28/6/1808), a Imprensa Régia (13/5/1808), o Conselho Supremo Militar (1/4/1808), o Conselho da Real Fazenda (28/6/1808), as Mesas do Desembargo do Paço e de Consciência e Ordens (22/4/1808), e o Registro das Mercês (9/5/1808), lá fixou o principal centro político e decisório, um grande contingente de funcionários de diversos escalões e uma enorme população parasitária, dependente dos cofres públicos.

A esses órgãos foram incorporados vários outros, tais como a Intendência Geral de Polícia da Corte (um misto de secretaria de segurança pública e prefeitura da cidade, criada em 10/5/1808), a Casa de Suplicação do Brasil (10/5/1808), a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Brasil (23/8/1808) e o Banco do Brasil (criado pela primeira vez em 12/10/1808).

Além da grande quantidade de altos burocratas e nobres, a Corte tornou-se ainda mais atraente e cosmopolita pela intensificação do comércio internacional e pela presença de várias legações estrangeiras.

Como centro educacional e cultural, a cidade se beneficiou com a instalação da Real Academia Militar (cursos de engenharia, física e ciências), da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, da Real Biblioteca (aberta ao público em 29/10/1810), do Teatro Real de São João (12/10/1813), do Jardim Botânico e, mais tarde, em 1815/1816, com a vinda da Missão Artística Francesa e a Academia de Belas Artes<sup>3</sup>.

À medida em que se prolongava a permanência da Corte a paisagem carioca foi se transformando, dos pontos de vista urbanístico e arquitetônico.

Prédios públicos e palácios foram construídos e surgiu um grande número de palacetes e residências luxuosas, nos quais moravam a nobreza, a alta burocracia e os comerciantes ricos.

Sob o comando do operoso Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana, surgiram novos bairros e arruamentos, pântanos foram drenados, o abastecimento de

---

<sup>3</sup> A listagem e as datas de criação e/ou de instalação desses órgãos estão em Manchester (a), pp. 200-202, e Wilcken, p. 115.

água, a coleta de lixo, o calçamento e a iluminação pública tiveram consideráveis avanços<sup>4</sup>.

Em suma, mais do que qualquer outro lugar do Brasil, o Rio de Janeiro cresceu em tamanho, em importância política e como núcleo de funções urbanas. A cidade tornou-se mais cosmopolita e recebeu, mais que qualquer outra, o impacto direto das mudanças econômicas, sociais e culturais.

Entretanto, apesar da óbvia importância do Rio de Janeiro como palco principal dos acontecimentos, e dos efeitos cruciais dessas medidas políticas mais famosas, a transferência da Corte e sua longa permanência no Brasil geraram consequências decisivas sobre o conjunto da colônia e sobre cada uma de suas regiões.

Afinal, não se tratou meramente de uma “Corte no exílio”, mas do transplante de toda a estrutura do estado português e de uma mudança radical de perspectiva, que envolvia nada menos que a tentativa de reconstruir e reorganizar o Império a partir de um novo centro.

Isso acarretou não só as mudanças político-institucionais mais conhecidas, mas também uma vasta gama de planos e iniciativas de desenvolvimento da colônia – agora centro do Império - compreendendo vários projetos de infra-estrutura, de incentivo à produção e ao comércio, e de integração das diversas regiões, cujo impacto se fez sentir, em diferentes graus, sobre cada uma delas.

Este artigo busca identificar alguns desses impactos sobre a Capitania de Minas Gerais, contribuindo assim para uma visão mais ampla do marcante episódio da transferência da Corte.

Antes, porém, uma pequena digressão sobre a idéia do império luso-brasileiro centrado no Brasil e a participação de atores mineiros na evolução desse processo.

## Os mineiros e a idéia do império luso brasileiro

Nos primeiros anos do século XIX, tanto os planos de políticas coloniais “ilustradas”, como a própria proposta de um império com sede no Brasil não eram novidades em Portugal.

Pelo contrário, eram idéias antigas e recorrentes em setores da elite dirigente lusa, que afluíam em períodos de crise ou de ameaças externas<sup>5</sup>.

Assim, quando se abateu sobre Portugal o impacto das guerras napoleônicas o país já contava com uma considerável bagagem de planos e projetos referentes à

---

<sup>4</sup> Sobre as construções dos palácios e residências, e sobre os melhoramentos arquitetônicos e urbanísticos do Rio de Janeiro, veja Wilcken, Gomes e Malerba, várias partes, e também Cavalcanti (a).

<sup>5</sup> Veja Lyra e Maxwell.

transplantação da Corte e do estado, bem como a respeito da promoção do desenvolvimento de sua principal colônia.

É bastante conhecido o fato de que os principais mentores desses planos já vinham, há mais de uma década, se cercado de intelectuais e cientistas brasileiros, aos quais incumbiam de realizar estudos e projetos, e de identificar pontos de estrangulamento e potencialidades dos principais setores da economia colonial.

Muitos desses estudiosos eram originários de Minas Gerais.

Luis Pinto de Sousa Coutinho, 1º Visconde de Balsemão, tornou-se, em 1788, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Além de já ter conhecimento pessoal do Brasil (fora governador do Mato Grosso de 1769 a 1772), D. Luis se assessorou de intelectuais brasileiros e enviou dois deles, o mineiro Manuel Ferreira da Câmara e o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, para uma longa viagem de estudos mineralógicos e metalúrgicos nos centros mais avançados da Europa nessas áreas.

Quando Martinho de Melo e Castro morreu em março de 1795, Luis Pinto de Sousa se tornou secretário interino dos Negócios Ultramarinos e, já em maio do mesmo ano, enviava uma circular aos governadores do Brasil criticando a política colonial progressista e anunciando a intenção de extinguir o monopólio do sal e de estimular a mineração e a produção de ferro na colônia<sup>6</sup>.

Em 1796, D. Rodrigo de Sousa Coutinho assumiu a pasta do Ultramar, com a missão de formular programas e de implementar as reformas propostas por Luis Pinto de Sousa<sup>7</sup>.

Assim como seu antecessor, D. Rodrigo se fez assessorar por vários estudiosos brasileiros (e mineiros) e, com base em seus estudos, logo começou a produzir projetos de mudanças na política mineral da Coroa, de desenvolvimento de outras riquezas naturais e, de um modo mais amplo, de toda a política colonial com relação ao Brasil.

De seu círculo de assessores fizeram parte os mineiros José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, José Vieira Couto, Antônio Pires da Silva Pontes Leme, José Elói Ottoni e Joaquim Veloso de Miranda, bem como Manuel Ferreira da Câmara (que já havia servido sob D. Luis Pinto de Sousa), além de José Bonifácio, João Manso Pereira e vários outros<sup>8</sup>.

Em 1800, D. Rodrigo foi nomeado presidente do Erário Real e nesta posição privilegiada pode efetivar várias reformas, inclusive aquelas sugeridas por D. Luis Pinto em 1795, que foram objeto do Decreto Real de 24 de abril de 1801, o qual abolia o monopólio do sal e permitia a mineração e o fabrico de ferro no Brasil<sup>9</sup>.

Manuel Ferreira da Câmara foi nomeado Intendente Geral do Distrito Diamantino, Silva Pontes, Governador do Espírito Santo e José Bonifácio, Intendente das Minas de Portugal.

---

<sup>6</sup> Maxwell, pp. 130-133

<sup>7</sup> Maxwell, p. 133

<sup>8</sup> Maxwell, pp. 135-137

<sup>9</sup> Maxwell, p. 139

Já nessa época D. Rodrigo era o líder incontestado do “partido inglês” na Corte portuguesa e o principal defensor do projeto de transferência da sede do Império para o Brasil, que defendia abertamente e em detalhes, em dois documentos escritos em 1798 e em 1803<sup>10</sup>.

Além do assessoramento que recebia de seus “consultores” mineiros, D. Rodrigo tinha, ele próprio, fortes conexões com a capitania de Minas Gerais. Era descendente de um dos pioneiros da colonização mineira, Matias Barbosa da Silva, que veio para Minas Gerais por volta de 1700, se tornou Mestre de Campo e, ao falecer em 1742, havia se transformado em um verdadeiro potentado, riquíssimo possuidor de sesmarias, propriedades rurais, minas e ouro acumulado.

Esse parentesco fez de D. Rodrigo um grande proprietário na capitania, incluindo as fazendas do Barro e do Crasto, fundadas por Matias Barbosa na região de Barra Longa<sup>11</sup>.

Ao se consumar a invasão napoleônica e a migração da Corte, a posição política de D. Rodrigo ficou, obviamente, muito fortalecida.

No Brasil ele se tornou, em 17/12/1808, Conde de Linhares (o primeiro da linhagem moderna desse título), o principal ministro do Príncipe Regente e, até sua morte em 1812, o mais importante formulador de políticas e ações administrativas, muitas das quais se referiam a Minas Gerais.

## Abertura do Território

Uma das primeiras conseqüências foi a abertura do território brasileiro (e mineiro) para visitantes estrangeiros. Os segredos e as riquezas que durante séculos haviam sido zelosamente ocultados de outras nações foram agora franqueados e, em alguns casos, a própria Coroa estimulou e até patrocinou as expedições<sup>12</sup>.

O primeiro inglês a penetrar legalmente no território de Minas Gerais foi o mineralogista John Mawe, que, em 1809 obteve autorização pessoal do Conde de Linhares para visitar os distritos do ouro e dos diamantes<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Maxwell, pp. 137 e 140

<sup>11</sup> As fontes em que me baseei para descrever a ligação de D. Rodrigo com Minas Gerais são algo confusas a respeito de seu exato parentesco com Matias Babosa. Segundo Maxwell, p. 132, ele era “aparentado por casamento” a Matias Barbosa. Segundo Costa Filho, p. 96-97, era descendente da viúva de Matias Barbosa, casada em segundas núpcias. De acordo com Mawe, p. 131-132, Matias Barbosa mandou educar sua filha única em Portugal, onde, após a morte do pai, herdou suas propriedades e desposou um membro da família Sousa, dela descendendo D. Rodrigo, Conde de Linhares e D. Domingos da Sousa Coutinho, 1º Marquês de Funchal.

<sup>12</sup> Para avaliar o rigor do fechamento das fronteiras aos estrangeiros, basta lembrar a ordem de prisão expedida poucos anos antes contra Alexander von Humboldt, um dos maiores cientistas de todos os tempos, caso ele botasse os pés em território brasileiro. A mudança de atitude fica clara com a concessão de bolsa de 400 milréis anuais para os naturalistas Freyreiss e Sellow. Oliveira Lima, p. 556.

<sup>13</sup> Mawe, p. 107

A ele se seguiram vários outros estrangeiros, como G. W. Freyreiss, Friedrich Sellow, Ignace Olfers, Auguste de Saint-Hilaire, Johann Emanuel Pohl, John Luccock, Johann Baptiste von Spix, Carl Friedrich von Martius, Alexander Caldcleugh, para mencionar apenas alguns dos mais conhecidos, que estiveram em Minas durante a época joanina.

Vários desses visitantes, alguns deles grandes cientistas, outros comerciantes, simples viajantes ou aventureiros, aqui permaneceram durante anos e muito contribuíram para o conhecimento e a cartografia do território, de sua fauna, sua flora, e também de sua história, costumes, condições sociais e econômicas, tendo vários deles deixado importantes relatos e coleções de plantas, animais e minerais.

### Estímulo à mineração e à siderurgia

Pouco depois de chegar ao Rio de Janeiro, D. João divulgou a Carta Régia de 1º de abril de 1808, na qual se revogavam as proibições do famoso Alvará de 5 de janeiro de 1785 e se estabelecia a liberdade da manufatura no Brasil<sup>14</sup>. Como já foi mencionado acima, a mineração e o fabrico do ferro já eram permitidos desde 1801.

Mas agora a realidade era outra. Não se tratava mais de simplesmente permitir. Agora era preciso estimular ativamente, fazer acontecer.

Dentro da nova perspectiva, o gabinete liderado por D. Rodrigo pôs mãos à obra e tomou várias iniciativas no sentido de fomentar a construção de estradas e outras obras de infra-estrutura, e de incentivar diversos setores produtivos, o comércio e a integração das capitanias.

São especialmente importantes para Minas Gerais as medidas destinadas a desenvolver a mineração e a siderurgia.

A capitania produziu ferro por métodos artesanais durante boa parte do século XVIII, mas a primeira tentativa em escala industrial ocorreu através da Carta Régia de 10 de outubro de 1808, na qual o Intendente dos Diamantes, Manuel Ferreira da Câmara foi autorizado a utilizar recursos da Real Extração Diamantina para levantar uma fábrica de ferro no Serro do Frio<sup>15</sup>.

Câmara tinha planos grandiosos e, em abril de 1809 iniciou a construção de um grande estabelecimento no Morro do Pilar, ou de Gaspar Soares, com o qual tinha a intenção de suprir a demanda dos serviços diamantinos, de outras atividades da colônia e até de exportar ferro para o exterior.

---

<sup>14</sup> Manchester (a), p. 201

<sup>15</sup> Oliveira Lima, p. 554 e Veiga, Efeméride de 10/10/1808, p. 886. Em 1810, também por iniciativa do Conde de Linhares foi mandada estabelecer a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (Sorocaba), que resultou em um fracasso, sendo fechada em 1832, e nunca conseguiu bons resultados, apesar de várias tentativas de reabertura ao longo do século XIX. Baer, pp. 75-76.

As primeiras barras do Morro do Pilar foram fundidas em 1815, mas o empreendimento foi mal sucedido técnica e financeiramente, funcionando de maneira irregular até ser encerrado em 1831<sup>16</sup>.

A medida mais importante para o fomento da mineração e da siderurgia, foi a decisão a Coroa de enviar para Minas Gerais o Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege.

Eschwege nasceu em Hessen, na Alemanha, formou-se nas universidades de Gottingen e de Marburg, e na Academia de Minas de Clausthal. Em 1802, foi contratado pelo governo português, tendo trabalhado sob a direção de José Bonifácio, então Intendente Geral das Minas e Metais do Reino.

Quando a Corte migrou para o Brasil, o barão permaneceu na Europa e participou da luta contra os franceses, como Capitão de Artilharia do Exército Português.

No início de 1810 embarcou para o Rio de Janeiro, onde chegou em 29 de março, recebendo a patente de Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros.

Ao longo de 1810 e 1811 elaborou, junto com o Conde de Linhares, um programa de trabalho visando o estudo e o melhoramento dos métodos de lavra das jazidas de ouro em Minas Gerais.

Em julho de 1811 foi enviado para Minas através de uma Carta Régia de recomendação ao Conde da Palma, governador da Capitania, pela qual era incumbido de examinar toda a mineração de ouro, prata, mercúrio e ferro. Em 11 de agosto chegou a Vila Rica, e nos dez anos que permaneceu em Minas, Eschwege prestou enormes serviços em diversos setores.

No campo científico realizou importantes trabalhos nas áreas de geologia, mineralogia, cartografia, história, estatística econômica e demográfica.

Na área da mineração lutou intensamente para disseminar avanços tecnológicos, como baterias de pilões hidráulicos para a redução do minério, métodos de esgotamento das águas das jazidas e outros, além da aplicação da ciência “montanística” ao setor.

Produziu um mapa da capitania (1821) muito superior aos então existentes, teve importante papel na anexação do Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro) ao território de Minas, em 1816, e é considerado o mentor da Carta Régia de 12/8/1817, pela qual passou a ser permitida a formação de sociedade de ações para explorar minas de ouro<sup>17</sup>.

Foi também um empreendedor que buscava disseminar tecnologia e conhecimento através de exemplos práticos.

Pouco depois de sua chegada a Minas foi enviada a Linhares uma proposta do Conde de Palma, inspirada por Eschwege, de se criar uma sociedade para erigir uma fábrica de ferro.

---

<sup>16</sup> Baer, pp. 74-75.

<sup>17</sup> Oliveira Lima, p. 554 e Renger, p. 395

A idéia não contemplava a criação de uma empresa estatal, mas sim de uma sociedade por quotas, que foram subscritas por altas autoridades, ricos proprietários mineiros e pelo próprio Eschwege<sup>18</sup>.

Aprovado o projeto pela Carta Régia de 30/8/1811, Eschwege fundou a Sociedade Patriótica de Vila Rica e construiu, em Congonhas do Campo, em terras pertencentes aos Monteiro de Barros, em 1811-1812, a Fábrica de Ferro do Prata.

Em 17/12/1812, lá produziu o primeiro ferro industrial fabricado no Brasil. O estabelecimento prosperou e até se expandiu nos anos subseqüentes, mas na década de 20, com o retorno de Eschwege à Europa, perdeu competitividade e faliu<sup>19</sup>.

O Barão era radicalmente contrário à idéia de se construírem grandes plantas siderúrgicas para produzir em larga escala, defendendo o modelo de pequenas e médias fundições para atender aos mercados locais e regionais. Sob sua orientação foram construídas e operadas com sucesso dezenas de pequenas fábricas particulares.

Em 1819, utilizando-se da legislação que ele próprio inspirara, criou uma associação, a Sociedade Mineralógica da Passagem, para explorar a mina de ouro do Fundão, próxima a Mariana. Foi também uma iniciativa pioneira que apontou novos rumos para o desenvolvimento da mineração aurífera ao longo do século XIX<sup>20</sup>.

Eschwege retornou à Europa em julho de 1821, menos de três meses após a partida da família real. Continuou servindo à Corte portuguesa por vários anos e publicou importantes livros sobre Minas Gerais<sup>21</sup>.

Ainda no período joanino, em 1817, chegou a Minas Gerais, com permissão e apoio do governo, o jovem engenheiro francês Jean de Monlevade, que viria a ser o principal fabricante de ferro da província e do Império nas décadas seguintes<sup>22</sup>.

## Minas e o abastecimento da Corte

De todas as conseqüências da mudança da Corte sobre Minas Gerais, provavelmente a mais importante e de efeito mais duradouro, foi o grande incremento da participação da capitania no abastecimento do Rio de Janeiro e de sua integração física, política e comercial com aquele mercado.

---

<sup>18</sup> Eram sócios do empreendimento, o Conde da Barca, com uma quota, o próprio Eschwege, com duas, e as sete quotas restantes pertenciam aos irmãos Romualdo José Monteiro de Barros (Barão de Paraopeba) e Lucas Antônio Monteiro de Barros (Barão de Congonhas do Campo).

<sup>19</sup> Veja Barbosa, pp. 15-16, Renger, p. 394 e Baer, p. 76-77.

<sup>20</sup> Barbosa, p.22 Renger, p. 396

<sup>21</sup> Sobre a biografia de Eschwege, seus trabalhos e suas obras no Brasil e na Europa, veja Barbosa, Sommer, e os ensaios de João Antônio de Paula, Douglas Cole Libby (a) e Friedrich Renger, nos livros de Eschwege publicados pela Fundação João Pinheiro.

<sup>22</sup> Veiga, na Efeméride de 9/9/1817, registra o Aviso do Ministério do Reino ao Governador de Minas, mandando “facilitar os trabalhos de M. Monlevade”, mas, curiosamente, “desviando-o todavia de ir ao Distrito Diamantino do Tijuco”.



Décadas antes da chegada da família real, Minas já vinha passando por grandes transformações, diversificando sua economia e adaptando-se ao declínio da mineração, com base, sobretudo, em seu amplo mercado interno.

No final do século XVIII já era auto-suficiente na produção de alimentos básicos e outros produtos, e já exportava para o Rio e outras partes do Brasil diversos itens como gado em pé, porcos, toucinho, galinhas, algodão em rama e em pano, fumo, etc.<sup>23</sup>

Apesar disso a mudança da Corte representou um poderoso impulso, no curtíssimo, no médio e no longo prazo<sup>24</sup>.

O impacto imediato resultou, naturalmente, da própria chegada da comitiva real. Embora haja controvérsia sobre o número de pessoas que acompanhou o Regente na viagem, estima-se que cerca de dez mil indivíduos aportaram com ele no Rio<sup>25</sup>.

Existem também divergências sobre a população residente no Rio no momento da chegada. O estudo mais detalhado sobre a cidade nesse período, o de Nireu Cavalcanti, apresenta o número de 60.163 habitantes, no que é acompanhado por alguns outros autores. Spix e Martius que lá estiveram em 1817, apresentam, para 1808, a estimativa de 50.000 moradores. De qualquer modo pode-se afirmar que a população carioca teve um acréscimo, de um dia para o outro, de pelo menos 17 a 20 por cento<sup>26</sup>.

Avisado com pequena antecedência da iminente chegada, o Conde de Arcos, Vice-Rei do Brasil, entrou em frenética atividade, tomando providências que incluíam, entre outras, ordens urgentes aos portos e capitânicas mais próximos, para “socorrer a cidade de mantimentos”.

Logo começaram a ser enviados de Minas, de São Paulo e de alguns municípios fluminenses consideráveis quantidades de gado, porcos e outros gêneros.

Essas remessas inicialmente eram voluntárias e gratuitas, feitas por súditos interessados em atrair a atenção e as boas graças do Príncipe Regente. É bem conhecido o caso de D. Joaquina de Pompeu, rica proprietária na região de Pitangui e tradicional vendedora de gado para o Rio, que enviou 200 reses<sup>27</sup>.

A generosidade e o interesse dos súditos foram capazes de absorver o impacto imediato, mas com a permanência da Corte e o continuado crescimento populacional da cidade, logo ficou claro que esse sistema não seria suficiente para garantir um fluxo regular de gêneros. O Rio começou a viver sucessivas crises de abastecimento, que iriam demandar medidas mais eficazes no médio prazo.

---

<sup>23</sup> Veja a esse respeito os trabalhos de Libby (b), Graça Filho e Martins (a), que rechaçam a tese da decadência de Minas no final do século XVIII e início do XIX.

<sup>24</sup> O trabalho pioneiro e até hoje clássico sobre essa questão é naturalmente o de Alcir Lenharo. Sobre esse assunto veja também Cunha.

<sup>25</sup> Segundo Manchester (a), p. 183, “variam muito as estimativas mas aproximadamente umas dez mil pessoas tomaram os navios entre a manhã de 25 e a noite de 27 de novembro”. Na nota 28, p. 209 do mesmo artigo o autor apresenta um leque de estimativas que variam entre oito e quinze mil pessoas.

<sup>26</sup> Cavalcanti (b), pp. 253-258, Wilcken, p. 113; e Lenharo, p. 42. Veja também Spix e Martius, vol. 1, p.52.

<sup>27</sup> Wilcken, p.103; Lenharo, pp. 42-43.

Há também discrepâncias nas estimativas da população do Rio em 1821, mas, de um modo geral existe algum consenso de que ela atingiu cerca do dobro da existente em 1808, através, sobretudo, da migração de portugueses, de estrangeiros e também de muitos brasileiros das capitanias, que desejavam se aproveitar do novo ambiente de negócios e oportunidades criadas pela presença da Corte, além de um grande número de africanos, como veremos adiante.

Segundo Spix e Martius, “antes da vinda do Rei consistia o total da população do Rio numas 50 mil almas...Em 1817, em compensação contava a cidade...mais de 110 mil habitantes...do ano de 1808 em diante para aqui vieram da Europa uns 24 mil portugueses...além de bom número de ingleses, holandeses, alemães e italianos, que depois da abertura dos portos aqui se estabeleceram, quer como negociantes quer como artesãos”<sup>28</sup>.

Com esse número concordam, grosso modo, Nireu Cavalcanti e outras fontes, que apresentam a cifra de 112.695 almas, em 1821<sup>29</sup>.

O retorno da Corte à Europa não interrompeu o crescimento demográfico da capital, que atingiu 146.608 habitantes em 1838, e 226.466 em 1849, entre brasileiros livres, estrangeiros e escravos, sustentando por várias décadas uma crescente demanda por alimentos<sup>30</sup>.

Dentre as medidas, ainda paliativas, destinadas a regularizar o abastecimento, podem-se mencionar alguns melhoramentos na infra-estrutura de armazenamento e estocagem das mercadorias, e as decisões do governo de 23/12/1808; 18/1/1809 e 4/12/1810, que determinavam a isenção do recrutamento militar “para tropeiros, condutores de gado e mantimentos para a Corte, e até mesmo para agricultores mineiros”<sup>31</sup>.

Assim, a partir de 1808 cresceu muito a presença e a importância econômica e política dos pecuaristas, tropeiros e fazendeiros de Minas Gerais no cenário da Corte, especialmente os da Comarca do Rio das Mortes e de São João del Rei, que era o grande centro coletor e distribuidor das mercadorias de uma vasta região.

Invernistas mineiros, como Antônio Francisco de Azevedo, Francisco José de Mello e Souza e os irmãos José Custódio Dias e Custódio José Dias, enviavam milhares de cabeças de gado por ano e “o mercado distribuidor de carne no Rio era de tal modo favorável à concentração monopolística dos negócios, que alguns dos grandes pecuaristas mineiros não resistiram ao impulso de se infiltrar no setor”, concentrando assim as tarefas de criação, transporte e a própria comercialização da carne no mercado carioca<sup>32</sup>.

Embora já ocorresse desde o século XVIII, nessa época também se intensificou sobremaneira a presença de comerciantes mineiros no Rio, seja pela abertura de suas próprias empresas, seja pela associação com comerciantes estabelecidos naquela praça.

---

<sup>28</sup> Spix e Martius, vol. 1, p. 52.

<sup>29</sup> Cavalcanti (b), pp. 253-258 e Souza e Silva, p. 99.

<sup>30</sup> Souza e Silva, pp. 99-100 e p. 104.

<sup>31</sup> Lenharo, p. 50.

<sup>32</sup> Lenharo, pp. 54, 87, 99 e 106.

“Os grande negociantes, além de seus estabelecimentos em São João del Rei, fundaram casas com parentes e filhos na Corte, com o propósito de facilitar a intermediação entre as duas regiões, evitando o atravessador carioca. As casas...recebiam os produtos mineiros e enviavam as mercadorias importadas...” Operaram desta forma importantes empresários como José Maximiliano Batista Machado, Batista Caetano de Almeida e vários outros, tanto nessa época como em décadas posteriores<sup>33</sup>.

Mas não só de São João vinham os grandes comerciantes mineiros abastecedores da Corte.

Um dos mais notáveis é José Francisco de Mesquita, futuro Marquês de Bonfim, que era natural de Congonhas do Campo, onde nasceu em 1790.

Aos dez anos de idade foi para o Rio de Janeiro, empregando-se com o tio, abastado comerciante. Manteve seus laços com Minas Gerais, de onde recebia mercadorias e gado e para onde enviava escravos.

Nos anos 20 associou-se a Domingos Custódio Guimarães, de São João del Rei e futuro Visconde do Rio Preto. A firma Mesquita e Guimarães manteve a ligação com suas fontes mineiras, fazendo grandes remessas de gado para a Corte e continuou a ser um dos principais remetentes de cativos para Minas.

“A instalação no mercado carioca da firma Mesquita e Guimarães constituiu-se numa demonstração de como a descida de mineiros ligados à produção de gêneros para o abastecimento do Rio de Janeiro ia se firmando”<sup>34</sup>.

Assim como Mesquita e Domingos Custódio, diversos outros comerciantes mineiros se estabeleceram ou criaram fortes conexões com o mercado da Corte, tanto como abastecedores de alimentos, quanto como remetentes de escravos para Minas. Entre eles se incluíam membros de famílias da elite, como os Leite Ribeiro, Ferreira Leite, Ferreira Armond e Monteiro de Barros, vários dos quais se enriqueceram nessas atividades, e vieram a ser mais tarde pioneiros do café no Rio e em Minas.

## Abastecimento, estradas e integração regional

Os produtores mineiros se mostraram capazes de responder à crescente demanda por abastecimento de alimentos e outros produtos.

A primeira estatística razoavelmente confiável sobre as exportações mineiras se refere ao ano fiscal de 1818-19, e registra remessas de 62.106 bois, 40.169 porcos, 145.478 arrobas de toucinho e 114.654 galinhas, além de grandes quantidades de queijos, pano de algodão, fumo e outros produtos.

---

<sup>33</sup> Graça Filho, pp. 81 e 100.

<sup>34</sup> Veiga, Efeméride de 11/12/1872, p. 1.044 e Lenharo, pp. 76 e 102

No ano de 1828, esses números atingiram 72.799 reses, 48.559 suínos, 193.480 arrobas de toucinho e 103.676 galinhas, e se mantiveram em níveis elevados ao longo das décadas seguintes<sup>35</sup>.

Mas permanecia um estrangulamento estrutural: a precariedade das comunicações e do sistema viário que ligava a capitania a outras regiões.

Esse gargalo era fruto da própria política colonial que proibia severamente a abertura de estradas para evitar os “descaminhos” do ouro e dos diamantes. Até mesmo as comunicações postais eram restritas e controladas.

Tais restrições eram frequentemente burladas por tropeiros e viajantes, que abriam picadas e atalhos clandestinos, mas foi a instalação da Corte no Rio de Janeiro que inverteu oficialmente essa atitude, passando agora o governo a incentivar a construção de novos caminhos e mesmo assumindo a tarefa de executar as principais obras.

Foram rapidamente elaborados vários projetos visando ligar Minas à Bahia, ao Espírito Santo e à região de Campos dos Goitacazes. Esses projetos, iniciados ainda em 1808 e 1809, foram articulados entre si pela Carta Régia de 4/12/1816, que determinava diversas providências para a abertura de estradas no interior de Minas, ao longo da fronteira capixaba, com vistas ao povoamento e ao desenvolvimento da mineração e da agricultura<sup>36</sup>.

Isso, entretanto, não resolvia o estrangulamento mais crítico – a ligação de Minas (especialmente de sua região Sul) com a Corte – que continuava dependendo basicamente do Caminho Novo, construído ainda no início do século XVIII.

Para enfrentar esse problema, a Real Junta do Comércio, já mencionada, iniciou, em 1811, o projeto de uma nova via, que viria a ser conhecida como Estrada do Comércio ou Estrada da Corte para São João del Rei.

Seu traçado partia do Rio, atravessava o Vale do Paraíba, entrava em Minas por Rio Preto, seguindo por Bom Jardim, Turvo, Madre de Deus e chegando a São João del Rei.

Sua construção, que encurtava em 18 léguas o percurso da Corte a São João, foi iniciada em 1812 e em 1817, mesmo incompleta já estava aberta ao tráfego, sendo utilizada por tropeiros e viajantes<sup>37</sup>.

O outro grande projeto viário de ligação do Sul de Minas com o Rio, também motivado pela necessidade de abastecimento, foi a Estrada da Polícia, assim chamada por ter sido construída pela Intendência de Polícia da Corte, por ordem do Príncipe Regente.

---

<sup>35</sup> Veja Eschwege, e *Tabella Demonstrativa da Exportação que fez no Anno de 1828 a Província de Minas Geraes para as Províncias Limitrofes*. Essas quantidades se referem ao total das exportações mineiras, mas sabe-se com certeza que, de longe, o principal destino era o Rio de Janeiro.

<sup>36</sup> Lenharo, pp. 57-59.

<sup>37</sup> Sobre a Estrada do Comércio veja Lenharo, pp. 57-71; e Giovanini, pp. 77-78.

Sua rota seguia a Estrada do Comércio até Iguaçú, depois Sacra Família e Vassouras, desviava-se para oeste, e passava por Valença até terminar no Presídio do Rio Preto.

A Estrada da Polícia teve sua construção iniciada em 1816 e foi concluída em 1820<sup>38</sup>.

Resta ainda mencionar a Estrada do Picu, fruto da iniciativa particular de proprietários de Campanha, Baependi e Pouso Alegre, que, insatisfeitos com o traçado da Estrada da Polícia, decidiram abrir outra que, atravessando a Mantiqueira em Picu, atendia melhor aos interesses da parte mais ocidental da região do Rio das Mortes. Essa estrada ficou pronta em 1822<sup>39</sup>.

As estradas do Comércio e da Polícia, consideradas por Lenharo como os projetos de infra-estrutura mais ambiciosos do governo joanino no Brasil<sup>40</sup>, além de caminhos de abastecimento eram também vias de ocupação do território, do desenvolvimento agrícola e da integração do Centro-Sul.

Elas contribuíram de forma decisiva para a colonização do Vale do Paraíba e da Zona da Mata mineira, através de farta concessão de sesmarias ao longo dos seus percursos, não só aos altos burocratas, comerciantes e favoritos da Corte, como também a muitos membros da elite de Minas.

Só em território mineiro foram concedidas, entre 1808 e 1821, nada menos de 856 sesmarias, atingindo uma média anual 55% superior às concessões do período 1801-1807 e 47% maior que as dos anos 1822 a 1835<sup>41</sup>.

A obtenção de sesmarias, a produção e o comércio de abastecimento, as empreitadas de obras públicas, e o tráfico interno de escravos, se constituíram em poderosos instrumentos de acumulação e concentração de capitais para muitos membros da elite mineira, vários dos quais se tornariam pioneiros e potentes do ciclo do café, comerciantes de “grossa aventura”, financistas e empresários.

Veja-se, por exemplo, o caso de Custódio Ferreira Leite, futuro Barão de Aiuruoca, ativo remetente de escravos e que, antes de se tornar grande cafeicultor, “passou longo tempo dedicando-se ao serviço de obras públicas, rasgando estradas, construindo pontes, etc”<sup>42</sup>.

## Minas e tráfico de escravos no período joanino

Finalmente é importante registrar que a transferência da Corte para o Brasil ocorreu em um período no qual vários fatores da conjuntura internacional se

---

<sup>38</sup> Lenharo, pp. 57-71; e Giovanini, p. 79

<sup>39</sup> Lenharo, p. 63.

<sup>40</sup> Lenharo, p. 63.

<sup>41</sup> Calculado a partir dos dados em “Relação Cronológica dos Concessionários de Sesmarias em Minas Gerais”.

<sup>42</sup> Lenharo, p. 68.

conjugaram para gerar incentivos, diretos ou indiretos, para o crescimento econômico do Brasil.

Tivemos, em primeiro lugar, a revolta dos escravos de Saint Domingue, iniciada em 1798 e que, depois de vários anos de luta, culminou com a vitória dos cativos, a proclamação da República do Haiti, em 1804, e o completo aniquilamento do sistema de *plantations* daquela colônia francesa.

Saint Domingue era, até a revolução, a “pérola do Caribe”, a mais produtiva colônia do mundo, e o maior produtor mundial de açúcar, algodão e café simultaneamente, respondendo pelo suprimento de metade da demanda européia desses gêneros.

No seu apogeu, na década de 1781-1790, Saint Domingue importou nada menos de 319 mil escravos, superando inclusive o Brasil.<sup>43</sup>

É fácil imaginar o enorme impacto causado pelo desaparecimento da oferta haitiana no mercado mundial dessas *commodities* e as grandes oportunidades criadas por essas lacunas para outros produtores desses artigos.

Esse efeito, conjugado com a abertura dos portos e outros estímulos causados pela chegada da Corte, foi extremamente favorável ao Brasil, que passou a exportar maiores quantidades não só de açúcar, algodão e café, mas também de outros produtos como aguardente, cacau, fumo, sebo, etc.<sup>44</sup>

Outro fator relevante foi a enorme mudança na estrutura do tráfico atlântico de escravos, que nessa época assistiu, além da anulação da demanda haitiana, às abolições dos tráficos para os Estados Unidos e para as colônias inglesas, holandesas e dinamarquesas no Caribe.

A parcela absorvida por esses importadores, que nas três décadas entre 1781 e 1810 representara 51% do total de cativos importados pelas Américas, se reduziu, num curto espaço de tempo, para menos de 2% desse total, gerando excesso de oferta e queda dos preços nas fontes africanas<sup>45</sup>.

O Brasil recuperou a primazia que havia perdido para Saint Domingue, voltando a ser o principal destino mundial de escravos africanos.

Nos 27 anos (1871-1807) que antecederam a transferência da Corte, tinha recebido 556.600 escravos, numa média anual de 20.615.

Na época joanina (1808-1821) esse número atingiu 444.400, com a média anual de 31.743 (54% maior que a anterior) e de 1822 até o fim efetivo do tráfico, em 1852,

---

<sup>43</sup> Sobre a prosperidade de Saint Domingue e sua importância no contexto colonial no final do século XVIII, veja, por exemplo, Williams (a), pp. 122-123; Williams (b), esp. p. 237 e seguintes; e James. Sobre as importações de escravos, veja Eltis, p. 249.

<sup>44</sup> Oliveira Lima, p. 137; e Manchester (b), p. 74.

<sup>45</sup> Eltis, pp. 41 e 249.

importou 1.113.000 africanos (média de 35.903 por ano), apesar desse último período compreender mais de 20 anos de ilegalidade do comércio transatlântico de almas<sup>46</sup>.

O Rio de Janeiro se manteve como o maior porto escravista do mundo, recebendo mais de 1 milhão de cativos da chegada da Corte até a abolição final do tráfico negreiro para o Brasil, chegando a absorver, em determinados períodos, mais de 70% do total brasileiro e cerca da metade do total do tráfico atlântico<sup>47</sup>.

Já demonstramos alhures, com base na documentação da Intendência de Polícia da Corte, que o destino final da maior parte dos africanos desembarcados no Rio de Janeiro nessa época foi Minas Gerais, que recebeu mais de 40% do total chegado a esse porto, entre 1809 e 1832.<sup>48</sup>

E também que, pelo menos nesse período, a distribuição interna dos escravos em todo o sudeste do Brasil teve uma grande liderança de tropeiros, comerciantes e fazendeiros de Minas, entre os quais se incluíam muitos membros das principais famílias da elite<sup>49</sup>. Vejamos alguns exemplos desse processo.

Membros da família Leite Ribeiro, originária de São João, entre os quais se incluíam Antônio Leite Ribeiro, Floriano Leite Ribeiro (fazendeiros em Nazaré), Francisco Leite Ribeiro (grande fazendeiro no Cágado) e Luciano Leite Ribeiro (comerciante na Corte), enviaram pelo menos 1.164 escravos, em 73 remessas para o interior, boa parte das quais para destinos fora de Minas Gerais.

Já os da família Ferreira Armond, de Barbacena, incluindo ente outros Marcelino José Ferreira Armond, Barão de Pitanguí (comerciante em Barbacena); Honório José Ferreira Armond, 2º Barão de Pitanguí (comerciante em Mariana) e Lino Ferreira Armond, comerciante e tropeiro em Curral Novo, fizeram 58 remessas totalizando 1.245 cativos.

Os Monteiro de Barros, originalmente de São João del Rei, entre os quais José Joaquim Monteiro de Barros, (fazendeiro em Congonhas do Campo), e Romualdo José Monteiro de Barros, Barão de Paraopeba, (minerador em Boa Morte), enviaram 621 escravos em 24 remessas.

Membros da família Silva Pinto, como por exemplo, José Antônio da Silva Pinto, Barão de Bertiooga e comerciante em São João del Rei, despacharam 243 indivíduos em 34 remessas, e os da família Nogueira da Gama, remeteram 96 cativos, em 10 lotes.

O já mencionado José Francisco de Mesquita, de Congonhas do Campo, Marquês de Bonfim e membro da elite comercial da Corte foi um dos maiores traficantes internos, enviando 577 escravos, em 45 remessas.

---

<sup>46</sup> Eltis, pp. 243-244.

<sup>47</sup> Eltis, p. 249.

<sup>48</sup> Martins (b), a partir dos dados em Frago e Ferreira. Esses dados cobrem, além do período joanino no Brasil, também cerca de uma década após o retorno da Corte a Portugal.

<sup>49</sup> Compilado a partir dos dados citados na nota 48. Muitos dos títulos de nobreza mencionados foram concedidos depois do período em foco.

E ainda, Manoel Carneiro Santiago, grande tropeiro, comerciante e fazendeiro em Baependi (286 escravos em 11 remessas), Custódio Ferreira Leite, natural de São João del Rei e Barão de Aiuruoca (267 escravos em 8 remessas), José Peixoto de Souza, grande comerciante e financista em Ouro Preto (168 escravos em 6 remessas); Francisco José de Vasconcelos Lessa, Barão de Diamantina, político e comerciante em Diamantina (168 escravos em 8 remessas), Batista Caetano de Almeida, político e comerciante em São João del Rei (96 escravos em 6 remessas), Francisco de Paula Santos, comerciante e financista em Ouro Preto, avô de Santos Dumont (80 escravos em 5 remessas), Manoel Antônio Pacheco, Barão de Sabará (221 escravos em 5 remessas) e muitos outros.

Assim, além dos impactos diretos (os incentivos à atividade econômica, a integração física, política e comercial geradas pelo abastecimento do Rio de Janeiro e as empreitadas de obras públicas), a transferência da Corte e a conjuntura em que ela ocorreu, criaram, através da intensificação do tráfico atlântico, mais um importante mecanismo de enriquecimento e de acumulação de capital para os mineiros na primeira metade do século XIX.

## Referências Bibliográficas

Baer, Werner. *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

Barbosa, Waldemar de Almeida. *Barão de Eschwege*. Belo Horizonte: Editora Casa de Eschwege, 1977.

Cavalcanti (a), Nireu. “Arquitetura do Improvado”, em *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 3, nº 28 (janeiro de 2008), pp. 41-45.

Cavalcanti (b), Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista. A Vida e a Construção da Cidade, da Invasão Francesa até a Chegada da Corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

Costa Filho, Miguel. *A Cana de Açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

Cunha, Alexandre Mendes. “Tropa em Marcha, Mesa Farta”, em *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 3, nº 28 (janeiro de 2008), pp. 64-65.

Eltis, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Eschwege, W. L. von. “Notícias e Reflexões Estadísticas a respeito da Província de Minas Gerais, por Guilherme, Barão d’Eschwege”. *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Tomo IX, Lisboa, 1825, pp. 1-27.

Fragoso, João Luis Ribeiro e Roberto Guedes Ferreira. Relatório Final e Banco de Dados do Projeto IPEA/LIPHIS: “Tráfico de Escravos e Relações Comerciais no Sudeste do Brasil: Primeira Metade do século XIX”, 2002.



- Giovanini, Rafael Rangel. *Regiões em Movimento. Um Olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira, 1808-1897*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, UFMG, 2006.
- Graça Filho, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume Editora, 2002.
- Graham, Richard. “Comentário” [ao artigo de Manchester (a), citado abaixo], pp. 218-225.
- Gomes, Laurentino. *1808*. São Paulo: Editora Planeta, 2007.
- James, C.L.R. *The Black Jacobins*. New York: Vintage Books, 1963.
- Lenharo, Alcir. *As Tropas da Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Editora Símbolo, 1979.
- Libby (a), Douglas Cole. “Eschwege e os primeiros anos no Brasil” em Eschwege, W.L.von, *Jornal do Brasil, 1811-1817*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.
- Libby (b), Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- Lyra, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 1994.
- Malerba, Jurandir. *A Corte no Exílio: Civilização e Poder no Brasil às Vésperas da Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Manchester (a), Alan K. “A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro” em, Keith, H. H. e S.F. Edwards (orgs.) *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira. Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971, pp. 177-217.
- Manchester (b), Alan K. *British Preeminence in Brazil. Its Rise and Decline*. New York: Octagon Books, 1972.
- Martins (a), Roberto Borges. *Growing in Silence. The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais*. Tese de Doutorado. Vanderbilt University, 1980.
- Martins (b), Roberto Borges. “A Controvérsia sobre a População Escrava de Minas Gerais no Século XIX”. Apresentação feita na VI Semana de História da Universidade Federal de São João del Rei (24 de novembro de 2006).
- Maxwell, Kenneth. “The Generation of the 1790s and the Idea of Luso-Brazilian Empire”, em Alden, Dauril (ed.) *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, pp.107-144
- Mawe, John. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1978.

Oliveira Lima, Manoel de. *D. João VI no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

Paula, João Antônio de. “Estudo Crítico”, em Eschwege, W.L. von. *Brasil, Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. vol.1, pp. 15-43.

Relação Cronológica dos Concessionários de Sesmarias em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano V, fascículos I e II (janeiro a junho de 1900). Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1900, pp. 317-473.

Renger (a), Friedrich E. “Resumo Biográfico de Wilhelm Ludwig Barão von Eschwege (1777-1855)”, em Eschwege, W.L. von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. pp. 391-397.

Renger (b), Friedrich E. “Eschwege, o Brazilianista” em Eschwege, W.L. von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002, pp. 11-17.

Renger (c), Friedrich E. “Estudo Introductório” em Eschwege, W.L. von. *Brasil, Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001. vol 2, pp. 11-20.

Silva Dias, Maria Odila Leite da. “A Interiorização da Metrópole”, em Silva Dias, Maria Odila Leite da. *A Interiorização da Metrópole e outros Estudos*. São Paulo: Editora Alameda, 2005. pp. 7-37.

Souza e Silva, Joaquim Norberto da. *Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império e de cada Província de per si Tentados desde Os Tempos Coloniais até hoje*. Reedição Fac-similada: São Paulo: IPE/USP, 1986.

Sommer, Frederico. *Guilherme Luís, Barão de Eshwege*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1952.

Spix, J.B. von e Martius, C.F.P. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. 3 vols. Belo Horizonte: Editora Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1981.

Tabella Demonstrativa da Exportação que fez no Anno de 1828 a Província de Minas Gerais para as Províncias Limítrofes. Arquivo Público Mineiro, SP PP1/6, caixa 1, doc.18.

Wilcken, Patrick. *Império à Deriva. A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro. 1808-1821*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

Williams (a), Eric. *Capitalism and Slavery*. New York: Capricorn Books, 1966.

Williams (b), Eric. *From Columbus to Castro. The History of the Caribbean, 1492-1969*. New York: Harper and Row, 1973.

Veiga, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras, 1664-1897*. Reedição. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.